

**CENTRAIS ELÉTRICAS  
MATOGROSSENSES S.A.**

**Relatório sobre a aplicação de  
procedimentos previamente acordados  
relativo ao Manual de Orientação dos  
Trabalhos de Auditoria das  
Demonstrações Contábeis Regulatórias  
(DCR) - determinado - Resolução ANEEL  
nº 396/10 - Data-base de dezembro de  
2013 e 2012**

## **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSEENSES S.A. - CEMAT**

**Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados relativo ao Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) - determinado - Resolução ANEEL nº 396/10 - Data-base de dezembro de 2013 e 2012**

### **Conteúdo**

**Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados referente às Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR)**

**Balancos patrimoniais regulatório e societário**

**Demonstrações regulatórias do resultado do exercício**

**Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

## **RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS (DCR)**

Aos Acionistas e Interventor da  
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT  
Cuiabá - MT

Prezados Senhores

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR), emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, complementado pelo Ofício ANEEL nº 421, de 23 de abril de 2012 e pelo Despacho de Encerramento nº 4.413, de 27 dezembro de 2013. Os procedimentos descritos neste relatório estão relacionados à reconciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT ("Companhia"), correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 para fins regulatórios, tanto para a fiscalização do processo de revisão tarifária ordinária/periódica, como para a reversão dos ativos à União, vinculados aos serviços outorgados. No Anexo I estão apresentados os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado societário reconciliados com os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado regulatório para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, demonstrações estas preparadas por e sob a responsabilidade da Administração da Companhia (Interventor).
2. Nossos trabalhos foram realizados de acordo com a NBC TSC 4400, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aprovada pela Resolução CFC nº 1277/10, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. A suficiência desses procedimentos é de responsabilidade exclusiva da ANEEL. Consequentemente, não estamos expressando qualquer assecuração, nem concluindo quanto à suficiência dos procedimentos descritos abaixo em relação aos propósitos para o qual este relatório foi solicitado, nem para nenhum outro propósito. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de confrontar os ajustes e reclassificações, feitos pela Administração da Companhia (Interventor), ao balanço patrimonial e demonstração do resultado societário para preparação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório, conforme estabelecido pela Resolução ANEEL nº 396/10.

3. Os procedimentos aplicados e nossas observações estão apresentados a seguir:

### 3.1. Imobilizado

3.1.1. Confrontar as informações de 31 de dezembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

3.1.2. Obter a planilha ou relatório com a movimentação do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31 de dezembro de 2012 e confrontar os saldos com a eventual base de remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Identificamos as seguintes exceções no resultado da aplicação desse procedimento.

O saldo do sistema de controle do imobilizado regulatório encontra-se com uma divergência de R\$ 692 (seiscentos e noventa e dois reais) quando comparado ao saldo de transferências da movimentação do imobilizado regulatório.

3.1.3. Obter a planilha ou relatório com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31 de dezembro de 2012 e confrontar os saldos e as informações das movimentações de 2013 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para transmissora).

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Procedimento aplicável somente às transmissoras.

3.1.4. Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação/amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

Adicionalmente, devido à parametrização do sistema de controle do imobilizado regulatório, efetuamos o confronto das informações das movimentações e saldos de depreciação/ amortização com o razão contábil.

- 3.1.5.** Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

- 3.1.6.** Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço selecionado de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora do ano de 2013 e testar as capitalizações (materiais, mão de obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

- 3.1.7.** Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2013 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

- 3.1.8. Com base na seleção do item 3.1.6 deste programa de trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro contábil em ativo imobilizado em serviço.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Identificamos 12 (doze) itens selecionados com evidências de que a data da unitização dos bens não atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso.

Ordem	Dias entre a Unitização e Energização
SED/13.10047-02-53 1	65
DAT/10.10002-02-55	65
DAT/10.10002-02-11	65
SED/13.10007-02-53 1	69
DBT/12.03319-02-56	72
DAT/12.10000-02-55	72
DAT/12.10005-02-55	100
SED/13.10003-02-53 1	102
DMT/12.03850-02-56	105
DBT/13.02401-02-56	108
DBT/12.04019-02-56	145
SED/12.10009-02-53 1	153

Adicionalmente, segundo representação da Administração, é utilizado o critério de unitização no mês de sua entrada em operação ou até o término do segundo mês subsequente, sendo considerado o prazo de até 89 dias para unitização dos ativos.

**3.2. Obrigações especiais**

- 3.2.1. Confrontar os saldos das demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

- 3.2.2.** Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31 de dezembro de 2012 e confrontar o saldo em 31 de dezembro de 2013 com a Base de Remuneração homologada, bem como confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

Adicionalmente, segundo representação da Administração, a Companhia não possui controle individualizado das obrigações especiais no seu sistema. Por este motivo, as bases utilizadas para confronto das informações das movimentações foram extraídas no razão contábil regulatório.

- 3.2.3.** Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

Adicionalmente, segundo representação da Administração, a Companhia não possui controle individualizado das obrigações especiais no seu sistema. Por este motivo, as bases utilizadas para confronto das informações das movimentações foram extraídas no razão contábil regulatório.

- 3.2.4.** Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31 de dezembro de 2012.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

As baixas de obrigações especiais posteriores a 2006 estão suportadas pelo Despacho da ANEEL n° 3.073 de 28 de dezembro de 2006.

- 3.2.5. Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31 de dezembro de 2012 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

- 3.2.6. Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Não foi possível aplicar este procedimento.

Adicionalmente, segundo representação da Administração, a Companhia não possui controle individual de amortização das obrigações especiais no seu sistema.

## **Ativos e passivos regulatórios**

### **CVA e itens financeiros**

- 3.2.7. Obter planilha com saldos de 31 de dezembro de 2012, a movimentação de 2013 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA até a data-base de revisão/reajuste tarifário e a movimentação complementar do ano de 2013 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31 de dezembro de 2013.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

- 3.2.8. Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.



- 3.2.9.** Confrontar as cinco maiores constituições de ativos e passivos regulatórios com as resoluções e homologatórias e provisões (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

- 3.2.10.** Recalcular as cinco maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

- 3.2.11.** Confrontar as cinco maiores amortizações de ativos e passivos regulatórios com o cálculo realizado para amortização em conformidade com a receita do período (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

**Diferença entre Tarifa Provisória e Estimativa de Tarifa Definitiva, com Base nos critérios já definidos para o 1º Ciclo - Permissionárias com a data Revisão Tarifária em 2012.**

- 3.2.12.** Obter planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa “pro rata” de tarifa definitiva e confrontar com os saldos constantes das demonstrações contábeis regulatórias.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Procedimento não aplicável a esta Companhia.

- 3.2.13. Com base nas informações das planilhas obtidas (indicadas no item anterior), recalcular os montantes das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa “pro rata” de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informações disponibilizadas pela ANEEL.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Procedimento não aplicável a esta Companhia.

**3.3. Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado**

- 3.3.1. Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, confrontar as informações entre estas demonstrações contábeis societárias publicadas e/ou arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e regulatórias.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

- 3.3.2. Para os saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes da mensuração e movimentação de saldos de 2013.

**Resultado dos procedimentos efetuados:**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

4. Considerando que os procedimentos listados acima não se constituem em um exame de auditoria nem de revisão limitada de demonstrações contábeis societárias ou regulatórias, conduzido de acordo com as normas de auditoria ou de revisão limitada aplicáveis no Brasil, não expressamos opinião sobre quaisquer demonstrações contábeis societárias ou regulatórias da Companhia, tomadas em conjunto, nem sobre nenhuma das contas contábeis das quais foram extraídas as informações constantes do Anexo 1.


5. Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou conduzido um exame de auditoria ou de revisão limitada das demonstrações contábeis societárias e regulatórias de acordo com as normas de auditoria ou de revisão aplicáveis no Brasil, outros assuntos poderiam ter sido identificados e relatados.
6. Este relatório destina-se apenas e exclusivamente à finalidade definida no parágrafo 1 e a informar os acionistas, o interventor e à ANEEL, não devendo ser utilizado para nenhum outro propósito nem distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência de, ou que não tenham concordado com os procedimentos aplicados. Este relatório está relacionado exclusivamente com a reconciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, cuja obrigatoriedade de apresentação passou a ser exigida a partir de 2011, e não se estende às demonstrações contábeis societárias e regulatórias da Companhia, tomadas em conjunto.

Cuiabá, 28 de março de 2014.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 SP 013846/O-1 -S - MT

  
**Jairo da Rocha Soares**  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 -S - MT

  
**Francisco de Paula dos Reis Júnior**  
Contador CRC 1 SP 139268/O-6 -S - MT

## BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

ATIVO	Notas dos Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário Reapresentado	Ajustes CPCs	Regulatório Reapresentado
<b>Circulante</b>							
Despesas pagas antecipadamente	3	464	24.849	25.313	480	29.340	29.820
Outros Ativos Circulantes não afetados		690.318	-	690.318	902.262	-	902.262
<b>Total</b>		<b>690.782</b>	<b>24.849</b>	<b>715.631</b>	<b>902.742</b>	<b>29.340</b>	<b>932.082</b>
<b>Não Circulante</b>							
Despesas pagas antecipadamente	3	-	21.400	21.400	-	92.076	92.076
Sub-rogação CCC		-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão		737.080	(737.080)	-	801.165	(801.165)	-
outros ativos não circulantes não afetados		475.361	-	475.361	594.165	-	594.165
<b>Total</b>		<b>1.212.441</b>	<b>(715.680)</b>	<b>496.761</b>	<b>1.395.330</b>	<b>(709.089)</b>	<b>686.241</b>
<b>Investimentos</b>		<b>6.397</b>	<b>(3.262)</b>	<b>3.135</b>	<b>6.412</b>	<b>(3.262)</b>	<b>3.150</b>
<b>Imobilizado</b>							
Em serviço	4	-	3.200.925	3.200.925	-	2.899.676	2.899.676
( - ) Reintegração acumulada	4	-	(1.424.038)	(1.424.038)	-	(1.245.586)	(1.245.586)
Em curso	4	-	421.982	421.982	-	257.862	257.862
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>2.198.869</b>	<b>2.198.869</b>	<b>-</b>	<b>1.911.952</b>	<b>1.911.952</b>
<b>Intangível</b>							
Em serviço	5	1.340.300	(1.299.134)	41.166	1.241.369	(1.214.512)	26.857
Em curso	5	425.553	(421.894)	3.659	276.395	(257.863)	18.532
<b>Total</b>		<b>1.765.853</b>	<b>(1.721.028)</b>	<b>44.825</b>	<b>1.517.764</b>	<b>(1.472.375)</b>	<b>45.389</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.675.473</b>	<b>(216.252)</b>	<b>3.459.221</b>	<b>3.822.248</b>	<b>(243.434)</b>	<b>3.578.814</b>
<b>PASSIVO</b>							
<b>Circulante</b>							
Passivos regulatórios	6	-	7.321	7.321	-	20.405	20.405
outros passivos circulantes não afetados		1.616.297	-	1.616.297	1.341.664	-	1.341.664
<b>Total</b>		<b>1.616.297</b>	<b>7.321</b>	<b>1.623.618</b>	<b>1.341.664</b>	<b>20.405</b>	<b>1.362.069</b>
<b>Não Circulante</b>							
Passivos regulatórios	6	-	8.653	8.653	-	84.644	84.644
Tributos diferidos	7	102.883	(64.922)	37.961	131.470	(110.834)	20.636
outros passivos circulantes não afetados		1.139.348	-	1.139.348	1.121.722	-	1.121.722
<b>Total</b>		<b>1.242.231</b>	<b>(56.269)</b>	<b>1.185.962</b>	<b>1.253.192</b>	<b>(26.190)</b>	<b>1.227.002</b>
<b>PATRIMONIO LÍQUID</b>							
Capital social	8	710.197	-	710.197	710.197	-	710.197
Reservas de Lucro	8	-	-	-	304.484	(14.338)	290.146
Outros resultados abrangentes	8	157.363	(126.040)	31.323	212.711	(223.311)	(10.600)
Prejuízos Acumulados	8	(50.615)	(41.264)	(91.879)	-	-	-
<b>Total</b>		<b>816.945</b>	<b>(167.304)</b>	<b>649.641</b>	<b>1.227.392</b>	<b>(237.649)</b>	<b>989.743</b>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO</b>		<b>3.675.473</b>	<b>(216.252)</b>	<b>3.459.221</b>	<b>3.822.248</b>	<b>(243.434)</b>	<b>3.578.814</b>

## DEMONSTRAÇÕES REGULATÓRIAS DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Notas dos Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>							
Fornecimento de Energia Elétrica	9	1.329.511	68.071	1.397.582	1.345.070	66.675	1.411.745
Energia Elétrica de Curto Prazo		72.225	-	72.225	43.672	-	43.672
Receita pela Disponibilidade de E.E.		1.537.433	-	1.537.433	1.676.236	-	1.676.236
Outras receitas vinculadas	9	345.877	(322.947)	22.930	439.148	(383.973)	55.175
<b>Total</b>		<b>3.285.046</b>	<b>(254.876)</b>	<b>3.030.170</b>	<b>3.504.126</b>	<b>(317.298)</b>	<b>3.186.828</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>							
<b>Tributos e Encargos</b>							
Federais		(281.458)	-	(281.458)	(285.299)	-	(285.299)
Municipais e Estaduais		(652.192)	-	(652.192)	(674.300)	-	(674.300)
Outros Encargos		-	-	-	(6.321)	-	(6.321)
<b>Total</b>		<b>(933.650)</b>	<b>-</b>	<b>(933.650)</b>	<b>(965.920)</b>	<b>-</b>	<b>(965.920)</b>
<b>Encargos - Parcela "A"</b>							
Reserva Global de Reversão - RGR		-	-	-	(45.669)	-	(45.669)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(9.755)	-	(9.755)	(10.534)	-	(10.534)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(19.228)	(3.452)	(22.680)	(66.896)	678	(66.218)
Conta de Consumo de Combustível - CCC		-	817	817	(59.774)	1.700	(58.074)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(9.446)	-	(9.446)	(10.534)	-	(10.534)
<b>Total</b>		<b>(38.429)</b>	<b>(2.635)</b>	<b>(41.064)</b>	<b>(193.407)</b>	<b>2.378</b>	<b>(191.029)</b>
<b>Total das Deduções</b>		<b>(972.079)</b>	<b>(2.635)</b>	<b>(974.714)</b>	<b>(1.159.327)</b>	<b>2.378</b>	<b>(1.156.949)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>2.312.967</b>	<b>(257.511)</b>	<b>2.055.456</b>	<b>2.344.799</b>	<b>(314.920)</b>	<b>2.029.879</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"</b>							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	10	(1.163.639)	(47.824)	(1.211.463)	(1.037.454)	62.661	(974.793)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINF	10	(34.262)	(663)	(34.925)	(31.701)	2.453	(29.248)
Encargos do sistema de transmissão/distribuição	10	(87.573)	3.628	(83.945)	(152.256)	(4.217)	(156.473)
Taxa de Fiscalização		(4.449)	-	(4.449)	(4.080)	-	(4.080)
<b>Total</b>		<b>(1.289.923)</b>	<b>(44.859)</b>	<b>(1.334.782)</b>	<b>(1.225.491)</b>	<b>60.897</b>	<b>(1.164.594)</b>
<b>Matéria prima/insumos para geração de E.E.</b>							
Combustíveis		(16.168)	-	(16.168)	(13.036)	-	(13.036)
(-) Subvenção CCC		45.430	-	45.430	9.660	-	9.660
<b>Total</b>		<b>29.262</b>	<b>-</b>	<b>29.262</b>	<b>(3.376)</b>	<b>-</b>	<b>(3.376)</b>
<b>Total dos Custos Não Gerenciáveis</b>		<b>(1.260.661)</b>	<b>(44.859)</b>	<b>(1.305.520)</b>	<b>(1.228.867)</b>	<b>60.897</b>	<b>(1.167.970)</b>
<b>RESULTADO ANTES CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>1.052.306</b>	<b>(302.370)</b>	<b>749.936</b>	<b>1.115.932</b>	<b>(254.023)</b>	<b>861.909</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"</b>							
Pessoal		(140.156)	-	(140.156)	(136.503)	-	(136.503)
Administradores		(2.072)	-	(2.072)	(2.328)	-	(2.328)
Serviço de terceiros		(222.257)	(89)	(222.346)	(167.845)	32	(167.813)
Material		(23.410)	-	(23.410)	(15.164)	-	(15.164)
Arrendamento e Aluguéis		(5.720)	-	(5.720)	(4.607)	-	(4.607)
Tributos		(8.775)	-	(8.775)	(7.748)	-	(7.748)
Seguros		(2.567)	-	(2.567)	(2.849)	-	(2.849)
Outros		(356.956)	322.947	(34.009)	(412.637)	383.973	(28.664)
Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa		(104.209)	-	(104.209)	(39.526)	-	(39.526)
Provisões - Outras		(82.908)	-	(82.908)	(83.292)	-	(83.292)
Depreciação		(16)	(86.131)	(86.147)	-	(103.580)	(103.580)
Amortização		(101.704)	100.084	(1.620)	(87.256)	86.082	(1.174)
<b>Total</b>		<b>(1.050.750)</b>	<b>336.811</b>	<b>(713.939)</b>	<b>(959.755)</b>	<b>366.507</b>	<b>(593.248)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO</b>		<b>1.556</b>	<b>34.441</b>	<b>35.997</b>	<b>156.177</b>	<b>112.484</b>	<b>268.661</b>
<b>RESULTADO EXTRA CONCESSÃO</b>							
Receita Financeira	12	140.650	(28.197)	112.453	171.792	2.680	174.472
Despesa Financeira	12	(393.110)	(6.964)	(400.074)	(360.026)	(4.550)	(364.576)
Resultado Não Operacional	12	(150.742)	(8.310)	(159.052)	(8.359)	(4.444)	(12.803)
<b>Total</b>		<b>(403.202)</b>	<b>(43.471)</b>	<b>(446.673)</b>	<b>(196.593)</b>	<b>(6.314)</b>	<b>(202.907)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ/CSLL</b>		<b>(401.646)</b>	<b>(9.030)</b>	<b>(410.676)</b>	<b>(40.416)</b>	<b>106.170</b>	<b>65.754</b>
Imposto de renda		28.878	(15.913)	12.965	(9.045)	(6.797)	(15.842)
Contribuição social		(9.943)	(6.254)	(16.197)	(3.418)	(2.447)	(5.865)
<b>LUCRO (PREJUÍZO)</b>		<b>(382.711)</b>	<b>(31.197)</b>	<b>(413.908)</b>	<b>(52.879)</b>	<b>96.926</b>	<b>44.047</b>

## **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (“Companhia” ou “CEMAT”), é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, sob o controle acionário da Rede Energia S.A. – em “Recuperação Judicial”, que atua na área de distribuição de energia elétrica além da geração própria por meio de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão legal que abrange todo o Estado de Mato Grosso com 903.358 km<sup>2</sup>, atendendo 1.219.489 consumidores em 141 municípios, sendo as cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop com maior número de clientes, nessa ordem. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que é vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Sede administrativa da empresa está localizada na rua Manoel dos Santos Coimbra, n.º 184, CEP 78.010-900, bairro Bandeirantes – Cuiabá – Mato Grosso.

O Contrato de Concessão de Distribuição Nº 03/97 foi outorgado pelo Decreto de 10 de dezembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1997, válido até 11 de dezembro de 2027, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme a Lei 12.783/2013.

Segundo o contrato de concessão, a Companhia passará por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos e por processo de Reajuste Tarifário anualmente. Sem prejuízo dos reajustes e revisões periódicas, caso haja alterações significativas nos custos da concessionária, incluindo as modificações de tarifas de compra de energia elétrica e encargos de acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica que possam ser aprovadas pelo poder concedente durante o período, por solicitação desta, devidamente comprovada, poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão das tarifas, visando manter o equilíbrio econômico financeiro do Contrato.

A Denerge - Desenvolvimento Energético S.A. – em “Recuperação Judicial” é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo - SP.

### **2. BASE DE ELABORAÇÃO**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCRs”) foram elaboradas de acordo com o disposto na Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, no Despacho de Encerramento nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, no Despacho de Encerramento nº 4.413, de 27 de dezembro de 2013 e no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, todos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

As notas explicativas apresentadas nestas DCRs detalham os saldos contábeis apenas das contas afetadas por diferenças de práticas contábeis adotadas pela ANEEL, conforme despachos citados acima, as quais apresentam saldos e resultados que não coincidem com os apurados de acordo com a legislação societária.

O detalhamento de todos os saldos societários estão disponíveis nas Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia.

### 3. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2013			2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CVA	1.757	-	1.757	2.042	-	2.042
Parcela "A"	8.563	-	8.563	7.867	-	7.867
Desconto TUSD	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação	9.648	21.400	31.048	38	78.619	78.657
Subvenção baixa renda - perdas	-	-	-	-	-	-
Neutridade dos encargos setoriais	-	-	-	-	-	-
Diferenças PLPT	-	-	-	11.866	-	11.866
Difer.de custos de implant.MCPSE	-	-	-	-	-	-
Outros Componentes financeiros	4.881	-	4.881	7.527	13.457	20.984
<b>Total</b>	<b>24.849</b>	<b>21.400</b>	<b>46.249</b>	<b>29.340</b>	<b>92.076</b>	<b>121.416</b>

### 4. IMOBILIZADO

	2.013	2.012
<b>Em serviço:</b>		
Terrenos	28.420	21.667
Edificações, obras civis e benfeitorias	87.853	66.102
Máquinas e equipamentos	4.235.682	3.812.272
Veículos	64.297	56.553
Móveis e utensílios	7.135	5.671
( - ) Obrigações vinculadas à concessão	(1.222.462)	(1.062.589)
<b>Subtotal</b>	<b>3.200.925</b>	<b>2.899.676</b>
<b>( - ) Reintegração acumulada</b>		
Edificações, obras civis e benfeitorias	(46.629)	(35.077)
Máquinas e equipamentos	(1.520.507)	(1.294.452)
Veículos	(34.050)	(21.988)
Móveis e utensílios	(5.585)	(4.331)
( - ) Obrigações vinculadas à concessão	182.733	110.262
<b>Subtotal</b>	<b>(1.424.038)</b>	<b>(1.245.586)</b>
<b>Em curso:</b>		
Terrenos	526	100
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.131	4.126
Máquinas e equipamentos	404.087	291.804
Veículos	169	147
Móveis e utensílios	4	4
Material em depósito	77.147	48.307
Outros	18.558	8.635
( - ) Obrigações vinculadas à concessão	(86.640)	(95.261)
<b>Subtotal</b>	<b>421.982</b>	<b>257.862</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.198.869</b>	<b>1.911.952</b>

#### Apuração do valor novo de reposição (VNR)

Com base na Resolução Normativa n.º 396, de 23 de fevereiro de 2010, que instituiu a Contabilidade Regulatória e do Ofício n.º 111/2011 –SFF/ANEEL, de 31 de janeiro de 2011, onde a ANEEL ratificou a solicitação de postergação da contabilização para dezembro de 2011, dos valores aprovados no último ciclo de revisão tarifária periódica à base do Ativo Imobilizado em Serviço, foi realizado um trabalho para atualizar os valores de VNR até a data de 31/Dez/2010, pela consultoria “Organização Levin da Brasil Ltda.”.

Etapas:

- Realização da movimentação das bases de dados da BRR com data de 08/2007 a 01/2008;
- Incorporação de ativos;
- Identificação das baixas de 09/2007 a 01/2008;
- Cálculo da depreciação até 01/2008;
- Atualização dos valores até 03/2008;

- Aplicação das baixas e transferências realizadas entre 02/2008 a 12/2010;
- Apuração da depreciação dos ativos entre 02/2008 a 12/2010.

Em abril/2013, a CEMAT concluiu o 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (3º CRTP), e o laudo de avaliação patrimonial foi realizado pela consultoria “ American Appraisal Serviços de Avaliação Ltda”. Todas as atividades relacionadas à avaliação patrimonial foram baseadas nas diretrizes fixadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da Resolução Normativa nº 457/2011-SFF/SRE da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 8 de novembro de 2011, e desenvolvidas por profissionais tecnicamente habilitados, atendendo ao disposto nas Leis n.º 5.194/66 e n.º 8.708/90 e nas Resoluções n.º 218/73 e n.º 345/90 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA). O valor estimado do ativo imobilizado em serviço foi ajustado com base no laudo utilizado para determinação da base de remuneração regulatória até 2018. Abaixo está demonstrado o movimento desse ajuste:

	Valor Contábil	Depreciação Acumulada	Valor Residual
<b>( 1 ) = Ativo Imobilizado em Serviço</b>			
( + ) VNR - Laudo 3º CRTP	4.347.662	(1.611.322)	2.736.340
( - ) VNR - Laudo 2º CRTP ( Movimentado )	1.929.495	(1.122.570)	806.925
( - ) Adições - (Incremento 3º CRTP)	2.023.679	(291.823)	1.731.855
<b>( = ) Ajuste de saldo de VNR - 3º CRTP</b>	<b>394.489</b>	<b>(196.929)</b>	<b>197.560</b>
<b>( 2 ) = Obrigações Especiais</b>			
( + ) Saldo Laudo VNR - 3º CRTP	(1.187.215)	-	(1.187.215)
( - ) Saldo Contábil em Abril/2013	(1.054.585)	-	(1.054.585)
<b>( = ) Ajuste saldo VNR - 3º CRTP</b>	<b>(132.630)</b>	<b>-</b>	<b>(132.630)</b>
<b>( 1 ) + ( 2 ) = Ganho no Ajuste pelo VNR - 3º CRTP</b>	<b>261.859</b>	<b>(196.929)</b>	<b>64.931</b>
( * ) Valor líquido dos impostos			42.383

VNR - Valor Novo de Reposição

CRTP - Ciclo de Revisão Tarifária Periódica

Através do Ofício n.º 652 de 01 de julho de 2013, a ANEEL concedeu a prorrogação do prazo para implantação do MCPSE para 31 de dezembro/2013, data esta que foi atendida pela CEMAT.

O ganho no ajuste pelo VNR foi registrado no Patrimônio Líquido da companhia líquido do imposto de renda e contribuição social.



## 5. INTANGÍVEL

	<u>2.013</u>	<u>2.012</u>
<b>Em serviço:</b>		
Servidões	26.870	11.370
Softwares	35.939	27.031
<b>Subtotal</b>	<u>62.809</u>	<u>38.401</u>
( - ) Reintegração Acumulada		
Servidões	(2)	(2)
Softwares	(21.641)	(11.542)
<b>Subtotal</b>	<u>(21.643)</u>	<u>(11.544)</u>
<b>Total em Serviço</b>	<u><b>41.166</b></u>	<u><b>26.857</b></u>
<b>Em Curso:</b>		
Servidões	1.445	9.212
Softwares	2.214	9.320
<b>Subtotal</b>	<u>3.659</u>	<u>18.532</u>
<b>TOTAL INTANGÍVEL</b>	<u><b>44.825</b></u>	<u><b>45.389</b></u>

## 6. PASSIVOS REGULATÓRIOS

	2013			2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CVA			-	14.869	84.644	99.513
Descontos TUSD e irrigação			-	-	-	-
Neutralidade dos encargos setoriais	2.699		2.699	5.113	-	5.113
Outros componentes financeiros	4.622	8.653	13.275	423	-	423
<b>Total</b>	<u><b>7.321</b></u>	<u><b>8.653</b></u>	<u><b>15.974</b></u>	<u><b>20.405</b></u>	<u><b>84.644</b></u>	<u><b>105.049</b></u>

## 7. TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
IRPJ Diferido	(47.736)	(81.496)
CSLL Diferido	(17.186)	(29.338)
<b>Total</b>	<u><b>(64.922)</b></u>	<u><b>(110.834)</b></u>

## 8. PATRIMONIO LÍQUIDO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Reversão da reserva de reavaliação espontânea	(167.076)	(367.707)
VNR - Valor novo de reposição	41.036	144.396
<b>Subtotal</b>	<u><u>(126.040)</u></u>	<u><u>(223.311)</u></u>
<b>Prejuízo Acumulado</b>		
Efeitos dos ajustes entre contabilidade regulatória x societária	(41.264)	(14.338)
<b>Subtotal</b>	<u><u>(41.264)</u></u>	<u><u>(14.338)</u></u>
<b>Total</b>	<u><u>(167.304)</u></u>	<u><u>(237.649)</u></u>

## 9. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Fornecimento de Energia Elétrica</b>		
CVA - Custo de Variação de Itens da Parcela "A"	(13.145)	1.860
Neutralidade dos encargos setoriais	93.676	63.522
Diferenças PLPT	(12.460)	1.293
<b>Subtotal</b>	<u><u>68.071</u></u>	<u><u>66.675</u></u>
<b>Outras receitas vinculadas</b>		
Receita de construção	(322.947)	(383.973)
<b>Subtotal</b>	<u><u>(322.947)</u></u>	<u><u>(383.973)</u></u>
<b>Total</b>	<u><u>(254.876)</u></u>	<u><u>(317.298)</u></u>

Conforme o Despacho ANEEL n.º 4.991 de 29/12/2012, anexo II, item 10 "Receita operacional bruta", a ANEEL apresentou o modelo da nota explicativa, onde é solicitada a abertura das diferenças entre a contabilidade societária e a regulatória por classe de consumo de energia.

Não foi definido no referido despacho a metodologia e os critérios para a apresentação destas informações. Assim, a Companhia entende ser mais adequada a apresentação das diferenças por tipo de ativos e passivos regulatórios, e não por classe de consumo, tendo em vista que os ativos e passivos regulatórios somente terão efeito na tarifa dos consumidores, a partir da homologação ANEEL no próximo reajuste ou revisão tarifária, momento em que é estabelecida a participação (%) dos itens financeiros para cada classe de consumo.

## 10. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Energia elétrica comprada para revenda</b>		
Amortização dos custos da parcela "A"	(198.480)	(8.540)
Diferimentos dos custos da parcela "A"	150.656	71.201
<b>Subtotal</b>	<u><b>(47.824)</b></u>	<u><b>62.661</b></u>
<b>Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA</b>		
Amortização dos custos da parcela "A"	(1.234)	-
Diferimentos dos custos da parcela "A"	571	2.453
<b>Subtotal</b>	<u><b>(663)</b></u>	<u><b>2.453</b></u>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição</b>		
Amortização dos custos da parcela "A"	(27.903)	(10.175)
Diferimentos dos custos da parcela "A"	31.531	5.958
<b>Subtotal</b>	<u><b>3.628</b></u>	<u><b>(4.217)</b></u>
<b>Total</b>	<u><b>(44.859)</b></u>	<u><b>60.897</b></u>

## 11. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

### 11.1 Diferimento dos custos com implantação do MCPSE

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa n.º de 02/06/2009, instituiu o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE). Conforme permitido pela referida resolução, a Companhia diferiu os custos relacionados à implementação do MCPSE e está pleiteando tais custos por meio do 3º ciclo da revisão tarifária. Caberá a ANEEL a homologação dos custos apresentados.

### 11.2 Custo de Construção

A receita e o custo de construção estão representados pelo mesmo montante em 2013 no valor de R\$ 322.947 (R\$ 383.973 em 2012). Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

## 12. RESULTADO EXTRA – CONCESSÃO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Atualização Monetária - cva	(28.197)	2.680
<b>Subtotal</b>	<u>(28.197)</u>	<u>2.680</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Atualização Monetária - cva	(6.964)	(4.550)
<b>Subtotal</b>	<u>(6.964)</u>	<u>(4.550)</u>
<b>Resultado Não Operacional</b>		
Ganho no ajuste do VNR (a)	(13.048)	(7.805)
Perdas na desativação de bens e direitos com reavaliação espontânea	4.738	3.361
<b>Subtotal</b>	<u>(8.310)</u>	<u>(4.444)</u>
<b>Total</b>	<u>(43.471)</u>	<u>(6.314)</u>

### (a) Atualização Ativos Financeiros Indenizáveis

<u>Ganho no Ajuste do VNR</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Ativo Financeiro</b>		
Atualização da Base Blindada - 2º Ciclo	-	(58.395)
Reavaliação Espontânea de Ativos	-	50.590
Laudo do VNR - 3º CRTP	(868.096)	-
(-) Saldo 2º ciclo movimentado	846.494	-
<b>Subtotal (1)</b>	<u>(21.602)</u>	<u>(7.805)</u>
<b>Obrigações Especiais</b>		
Laudo do VNR - 3º CRTP	237.050	-
Saldo 2º ciclo movimentado	(228.496)	-
<b>Subtotal (2)</b>	<u>8.554</u>	<u>-</u>
<b>Total (1) + (2) = Ganho no Ajuste do VNR</b>	<u>(13.048)</u>	<u>(7.805)</u>

\* \* \*